

A legitimação da apropriação do território amazônico em três momentos históricos: da colonização à bioeconomia

Legitimation of the appropriation of Amazon territory in three historical moments: from colonization to the bioeconomy

Fábio Alves 

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília, Distrito Federal, Brasil

Resumo: Neste artigo, são discutidas as narrativas legitimadoras da apropriação do território amazônico por colonizadores, Estado e empresas capitalistas. É demonstrado, a partir dos relatos dos primeiros viajantes do rio Amazonas, de dois discursos presidenciais de regimes autoritários brasileiros e de uma proposta de bioeconomia com viés empresarial para a região, que, apesar das 'distâncias temporais', suas narrativas apresentam estruturas semelhantes. Ressaltam-se três elementos comuns a essas narrativas: a depreciação do outro, no caso, o nativo amazônico, mediante a ausência de determinados atributos 'civilizatórios'; o enaltecimento de si mesmo por parte do colonizador/dominador por meio da alegação da presença de tais atributos; e a necessidade de conferir valor econômico à terra conquistada. Tais narrativas são analisadas em relação aos modos de operação gerais da ideologia categorizados por John B. Thompson, demonstrando que tais narrativas evidenciam estratégias de dissimulação, fragmentação, unificação e reificação para justificar a apropriação do território e a sujeição da população local. Conclui-se defendendo a necessidade de se construir um modo de uso da floresta em pé em que os povos amazônicos sejam os protagonistas e os principais beneficiários do processo.

Palavras-chave: Amazônia. Colonização. Dominação. Ideologia. Bioeconomia.

Abstract: In this article, I discuss the narratives that legitimize the appropriation of the Amazon by colonizers, the State and capitalist enterprises. I seek to demonstrate, based on the reports of the first travelers on the Amazon River, two presidential speeches from Brazilian authoritarian regimes and a bioeconomy proposal with a business bias for the region, that, despite the different historical contexts, these narratives share similar structures. There are three common elements to these narratives: the depreciation of the other, in this case the Amazonian native, through the absence of certain 'civilizing' attributes; the self-aggrandizement by the colonizer/dominator through the allegation of the presence of such attributes; the need to assign economic value on conquered land. I analyze these narratives, in relation to the general modes of operation of ideology categorized by John B. Thompson, demonstrating that such narratives present strategies of dissimulation, fragmentation, unification and reification to justify the appropriation of territory and the subjection of the local population. Ultimately, I defend the need to build a way of using the standing forest in which the Amazonian people are the protagonists and the main beneficiaries of the process.

Keywords: Amazon. Colonization. Domination. Ideology. Bioeconomy.

Alves, F. (2026). A legitimação da apropriação do território amazônico em três momentos históricos: da colonização à bioeconomia.

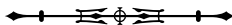
Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, 21(1), e20240064. doi: 10.1590/2178-2547-BGOELDI-2024-0064.

Autor para correspondência: Fábio Alves. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. SEPS 702/902 – Bloco C – Torre B. Brasília, DF, Brasil. CEP 70390-025 (fabioalves75@yahoo.com.br, fabioalves75@gmail.com).

Recebido em 05/09/2024

Aprovado em 17/07/2025

Responsabilidade editorial: Márcio Couto Henrique



INTRODUÇÃO

O processo de ocupação da Amazônia pelo colonizador europeu trouxe consequências avassaladoras para as sociedades autóctones da região. As margens dos grandes rios, densamente habitadas antes da invasão europeia, ficaram despovoadas em virtude de genocídios, guerras, aldeamentos, escravização e retirada dos povos nativos para o interior da floresta. Ao longo desse processo, o colonizador, ao se deparar com uma natureza exuberante, motivado por anseios edênicos oriundos da tradição judaico-cristã e pela cobiça imperante do regime mercantilista da época, reduz, ao que vê como paraíso, a possibilidade de dominação para gerar riqueza, em um processo no qual o nativo é tomado ora como empecilho, ora como instrumento da acumulação de riquezas.

Neste texto, procuro analisar a apropriação de territórios, recursos e braços humanos pelo Ocidente mercantil-capitalista em três momentos históricos. O primeiro compreende o período da conquista por espanhóis e portugueses do território amazônico, quando trato sobre os relatos dos primeiros viajantes europeus no rio Amazonas. O segundo momento abrange, no século XX, o período correspondente ao projeto desenvolvimentista brasileiro, em que analiso aspectos de dois discursos presidenciais, ambos de governos autoritários e proferidos no coração da Amazônia, em Manaus, um de Getúlio Vargas, realizado no ano de 1940, e outro de Emílio Médici, de 1970. O terceiro e último momento corresponde ao nosso atual ponto de inflexão em que a iminência da intensificação dos efeitos do aquecimento global nos impõe a construção de soluções para um mundo mais sustentável. Em relação a este momento, analiso o projeto Amazônia 4.0, que propõe a via da bioeconomia para a região.

Ao discorrer sobre eles, apresento as estratégias narrativas usadas para legitimação da apropriação do território, da exploração dos recursos e da dominação e sujeição laboral do nativo. Estratégias que, apesar de diferentes contextos históricos e de distintas roupagens de

linguagem, reproduzem uma mesma estrutura, qual seja, a depreciação e a estigmatização do outro por meio da ausência de determinados atributos civilizatórios *vis-à-vis* ao enaltecimento de si mesmo pelo colonizador, projetando-se em sua nação, em sua classe social ou num ator-herói civilizador; na necessidade de dar valor econômico à terra dominada e aos recursos nela encontrados.

1º MOMENTO: DE COMO O COLONIZADOR EUROPEU SOLUCIONOU O REENCONTRO COM O PARAÍSO PELA AMAZÔNIA

O processo de expansão do mundo europeu para o além-mar teve por motivação, em boa medida, a cobiça por recursos materiais, mas também foi inspirado por anseios espirituais. A chegada ao continente por eles denominado América, mas antes 'confundido' como a costa ocidental das Índias, propiciou o acesso a inúmeras riquezas que sustentou seu mercantilismo e suscitou, na mente cristã, a possibilidade de redenção com o divino.

À época vivendo sob os ditames do regime feudal, em meio a eventos de guerras, pestes e fomes, o europeu comum sentia na opressão de um sistema rígido e estratificado o castigo bíblico da expulsão do Jardim do Éden, tendo que obter seu alimento com o suor do seu rosto. O trabalho, portanto, é o castigo definitivo para o adamita pecador e só poderá ser suprimido no reencontro dele com o paraíso. Define-se, assim, a tensão entre matéria e espírito, das condições materiais que impõem ao europeu um modo de vida baseado no trabalho árduo de cultivo do solo para sua sobrevivência, num regime de sujeição ao senhor feudal, legitimado espiritualmente pelos cânones do catolicismo.

Mas existe algum evento na história da humanidade que tenha influenciado a narrativa judaico-cristã para a realização de tal castigo? Entre os estudos arqueológicos do velho mundo, há o consenso de que as grandes civilizações surgiram a partir do desenvolvimento da agricultura. As evidências encontram-se nos berços de domesticação de grãos como o trigo e a cevada no Oriente Médio e do arroz na China. Também na América a ocorrência

de civilizações como a Inca e a Asteca estão associadas à domesticação de plantas como o milho e a batata (Diamond, 2005). A domesticação de plantas e animais propiciou um incremento considerável de produção de alimentos, possibilitando um aumento do contingente de seres humanos que, por sua vez, viabilizava a expansão das áreas de cultivo. Tal expansão do contingente humano não foi acompanhada da melhoria individual para a maioria das pessoas. Ao invés disso, o trabalho nos cultivos era penoso e trabalhar longas jornadas sob o sol, em posições e movimentos insalubres e repetitivos, configura o sofrimento humano nessas sociedades, a ponto de tornar seus corpos débeis se comparados com a dos humanos de sociedades caçadoras e coletoras, conforme nos mostram os achados arqueológicos (Ryan & Shaw, 2015). As chamadas 'civilizações' são, na verdade, modos de organização social baseados na hierarquização social e centralização do poder político e do controle dos recursos, legitimados pela institucionalização religiosa. Seria, pois, o paraíso edênico bíblico a expressão do anseio dos povos semitas, de então, por um modo de vida ancestral baseado numa relação mais íntima com a natureza, quando a obtenção de seu sustento não dependia de tanto sofrimento? Vou assumir que sim e que isso atuará na cosmovisão europeia cristã e, desse modo, no processo de colonização do continente americano em geral e da Amazônia em particular.

Há um outro berço de domesticação de plantas que não se enquadra na tese da relação agricultura/sociedade hierárquica e incomoda os que acreditam e defendem a estratificação social como forma ideal de organização política. A Amazônia abriga um dos lugares de surgimento independente de cultivos vegetais. Espécies como o feijão, a abóbora e o ariá foram domesticadas há cerca de nove mil anos (Furquim et al., 2021). No entanto, as sociedades amazônicas desenvolveram (optaram por?) formas de organização social horizontalizadas, "sociedades sem Estado", no dizer de Clastres (2017). Formas organizativas que interagem com a natureza de forma a não degradar, combinando manejo e cultivo de plantas e caça de animais

silvestres num ambiente, considerado por Neves (2012, p. 109), de "abundância irrestrita", em que a exploração de recursos não excede sua capacidade de suporte.

É com a exuberância da natureza e com os modos de vida peculiares que o europeu se depara no início da colonização. É o contato com a natureza e com a grandiosidade do rio, ladeado pela floresta densa e diversa em espécies vegetais e animais, que, segundo Gondim (2019), irá acionar no imaginário do colonizador europeu a tensão entre o infernal e o paradisíaco. Neste trabalho, vou me deter ao segundo aspecto. Os relatos dos primeiros viajantes do rio das Amazonas evidenciam, para além do encantamento e da admiração com a exuberância e a diversidade do ambiente descoberto, a cobiça quanto às possibilidades de uso e, mais ainda, de sua conversão em riqueza para o reino. Já na primeira viagem europeia que se tem registro pelo rio Amazonas, entre os anos de 1541 e 1542, o frei Gaspar Carvajal vê, nas características do clima e nas espécies vegetais e animais encontradas, as possibilidades de exploração dos recursos:

. . . É terra temperada, onde se colherá muito trigo e se darão todas a árvores frutíferas. Além disso está aparelhada para criar todo o gado, porque há nelas muitas ervas como em nossa Espanha . . . Os montes destas terras são azinhais e soverais com bolotas, porque nós as vimos, e carvalhais (Carvajal et al., 1941, p. 63).

Quase um século depois da primeira viagem, outro religioso, o Padre Alonso Rojas, ao percorrer o mesmo rio, mas no sentido oposto ao de Carvajal, de Belém a Quito, enumera sob visão mercantilista uma série de produtos viáveis de se tornarem bens de mercado. Cita carnes de diversos animais, aves, variedades de frutas, tabaco de qualidade, batatas, vinho de palmeira (açai?) e mel. Ao fim de sua enumeração, conclui, com sua visão cobiçosa do paraíso, que "todos os anos são aprazíveis e a terra é um retrato da que Deus prometeu ao seu povo, e se tivesse os gados da Judéa, diríamos que regavam arroios de leite e mel" (Carvajal et al., 1941, p. 119).



Outro clérigo a serviço da coroa Espanhola, Cristóbal de Acuña, em viagem subsequente a do relato de Rojas, observa a biodiversidade da floresta como uma fonte rica de produtos medicinais, usados pelos nativos, e apela para o surgimento de sábios (o que hoje seria um apelo à ciência) para investigar as propriedades curativas das espécies de plantas:

. . . A diversidade e a grande quantidade de drogas medicinais, conservadas pelos naturais, é a melhor botica de simples, que há no mundo descoberto, e teria que haver outro Dioscórides e um terceiro Plínio – autores que escreveram sobre a história natural – para averiguar as suas propriedades, e as inumeráveis espécies ainda totalmente desconhecidas (Carvajal et al., 1941, p. 191, ênfases adicionadas).

O testemunho de tão fascinante natureza que abriga inúmeros povos às margens de tão grandioso rio, vivendo livres e se sustentando daquilo que a natureza oferece, inclusive despidos como nas representações do primeiro casal bíblico, poderia despertar entre os primeiros navegadores o anseio primevo de se integrar ao paraíso descoberto, de afundar suas caravelas, despir-se como os nativos e embrenhar-se com eles mato adentro, ou seja, de abandonar as amarras da opressora sociedade feudal europeia e adotar o modo de vida dos nativos. Mas, a essa altura da história, o anseio pelo paraíso se cristalizara em cobiça mercantilista, e a única forma vislumbrada para conquistar sua fonte que jorra leite e mel e, ao mesmo tempo, fugir do castigo do trabalho foi reproduzir o regime opressor de seu país de origem. Na Amazônia (e no continente americano em geral), a solução para viver no paraíso com ócio foi a exploração do trabalho do outro, por meio da escravidão.

Gondim (2019) ressalta que o nativo amazônico é encarado como um estorvo para o europeu, um empecilho para usufruto do paraíso descoberto. Não discordo desse aspecto. Mas esse próprio estranhamento do outro é usado como fator de legitimação da sujeição do nativo para, assim, viabilizar seu usufruto edênico,

que é gozar o ócio que, ao se referir ao nativo, é transfigurado em preguiça. V. Salles (1971), tratando da escravização indígena pelos europeus, no então estado do Maranhão e do Grão-Pará, aponta para a aversão do colono europeu ao trabalho, reconhecida à época pela própria autoridade colonial¹:

Como uma das maiores perdições que tem tido este estado é o desprezo em que os homens brancos que a êle tem vindo, têm pôsto o trabalho manual, é preciso que V.M.⁶ faça tudo quanto couber no possível para destruir este inimigo comum; não só persuadindo, mas obrigando a estes moradores a que cultivem as terras que lhes foram dadas, pelas suas mesmas mãos, declarando-lhes que o único fim de S.M. os manda nestas novas povoações, é para que sigam nelas a mesma vida com que foram criados nas suas terras Para absolutamente desarraigar nesta Vila o prejudicialíssimo abuso que está arraigado em todo êsse estado, de que só os índios são os que devem trabalhar e que a todo o branco é injurioso o pegar em instrumento para cultivarem a terra (Francisco Xavier de Mendonça Furtado, 1756 citado por V. Salles, 1971, p. 163).

Ignora-se, de forma intencional ou não, o modo de vida e as formas de trabalho do nativo relacionadas com o uso da terra, que a caça, a pesca, o extrativismo, o manejo de espécies florestais são formas de trabalho reproduzidas e adaptadas por gerações e que mantiveram, até então, essas populações integradas ao ambiente. Ao não conseguir admitir conscientemente seu desejo pelo ócio, o colono europeu projeta sua preguiça no nativo subjugado.

Além da preguiça, outros qualificativos correlatos são atribuídos aos nativos. Termos como ausência de ambição e de preocupação com futuro, apatia são frequentemente usados para depreciar o indígena e fazer valer sua dominação. La Condamine (2000, p. 60) refere-se ao indígena como “abandonado à natureza, privado de educação e sociedade, pouco difere das bestas”. Quando receptivos aos estrangeiros são ‘dóceis e pusilânimes’, quando hostis são ‘selvagens e canibais’. A dominação é justificada pela ausência de atributos,

¹ Trata-se de Francisco Xavier de Mendonça Furtado, então governador e capitão-general do estado do Maranhão e Grão-Pará.

seja ela a fé, a disposição para o trabalho, a civilização, os sentimentos. Ausências que explicariam a falta de geração de riquezas e de valor a ser extraído da natureza. Anunciando-se essas ausências, legitima-se a apropriação do território, bem como a dominação do indígena de forma a submetê-lo a formas penosas de trabalho. Cabe ao europeu esse papel civilizador, como prenuncia padre Rojas, após citar um trecho bíblico², a saber,

Quem não executará a ordem de Deus, como a apresenta o seu profeta? . . . Quem não apressará os vós como anjo, que para socorrer a gente que vive debaixo da Linha, deve ter velozes os passos, segundo a ordem de Deus: *ite angeli veloces?* (Carvajal et al., 1941, p. 123, ênfase adicionada).

Caberia, portanto, ao europeu transformar o nativo à sua imagem e semelhança, tarefa essa executada, portanto, por meio da religião e da exploração do trabalho. Missionários católicos e bandeirantes são os ícones desse processo de dominação, revezando-se na homogeneização das populações locais, resolvendo seu estranhamento do encontro com o outro.

2º MOMENTO: A TENTATIVA DE MODERNIZAÇÃO DA AMAZÔNIA NO SÉCULO XX

A conquista da Amazônia pelos europeus foi devastadora para os povos nativos. Estima Denevan (2003) que, no momento da entrada do europeu na Amazônia, a região abrigava entre cinco e seis milhões de pessoas, ocupando principalmente as margens de rios e áreas de várzeas da floresta. A população na região somente retornou a esse patamar na década de 1960. Após quatro séculos de guerras, escravizações e epidemias trazidas pelo colonizador, a população decresceu substancialmente; as margens, outrora tão habitadas conforme os relatos dos viajantes, ficaram despovoadas. A economia

da borracha, cujo auge ocorrera no final do século XIX, favoreceu um novo influxo demográfico na região, sobretudo de famílias vindas do Nordeste.

Após o declínio do extrativismo gomífero em função da concorrência com os plantios de seringueira no sudeste asiático, a ânsia pela exploração da floresta amazônica arrefeceu, permitindo uma conformação camponesa na região, composta por sítios familiares de produtores de alimentos para o autoconsumo e abastecimento local (Ianni, 1979, p. 46). Mas a trégua não foi duradoura. Já em 1940, no auge do Estado Novo, Getúlio Vargas retrata, em seu "Discurso do rio Amazonas" (Vargas, 1942), realizado no Ideal Clube, na cidade de Manaus, o incômodo pela terra 'inculta' da região amazônica.

A visão paradisíaca já não existe mais. A floresta é agora algo a ser conquistado e dominado. O resultado de séculos de genocídio agora é apontado como vazio demográfico. O indígena sequer é citado. Agora, os seringueiros e as populações ribeirinhas é que são caracterizados como 'nômades' e 'de economia instável', os quais estorvam o avanço do progresso e, portanto, devem dar espaço ao colono disciplinado na cultura agrária, vindo de outras regiões. Urge, portanto, uma nova investida civilizatória cuja principal missão é aumentar a densidade populacional da região, sendo os avanços da técnica agora aliados nesse processo:

. . . Necessitais adensar o povoamento, acrescer o rendimento das culturas, aparelhar os transportes. Até agora o clima caluniado impediu que de outras regiões com excesso demográfico viessem os contingentes humanos de que carece a Amazônia. Vulgarizou-se a noção, hoje desautorizada, de que as terras equatoriais são impróprias à civilização. Os fatos e as conquistas da técnica provam o contrário e mostram, com o nosso próprio exemplo, como é possível, às margens do grande rio, implantar uma civilização única e peculiar, rica de elementos vitais e apta a crescer e prosperar (Vargas, 1942, p. 259).

² A passagem bíblica em questão é Isaías, capítulo 18, versículo 2, citada em latim por Rojas, traduzida na edição estudada da seguinte maneira: "Ide[,] mensageiros velozes, a uma nação dividida e despedaçada; a um povo terrível, o mais terrível de todos; a uma nação que está esperando, e que é calçada aos pés, cuja terra é cortada pelos rios" (Carvajal et al., 1941, p. 122).

O discurso de Vargas prenunciou o avanço do projeto desenvolvimentista para a Amazônia. Iniciativas como a criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), em 1953, e a construção da rodovia Belém-Brasília no governo de Juscelino Kubitschek são exemplos da ânsia colonizadora agora mediante a investida do capital nacional e internacional. Essas medidas são intensificadas pelo regime militar. O pacote desenvolvimentista planejado pelos militares continha projetos de colonização estatais e privados, construção de rodovias como a Transamazônica e a Cuiabá-Santarém, implantação de projetos de mineração com controle predominante do capital internacional, projetos agropecuários e implantação de grandes hidrelétricas, como as de Tucuruí e Balbina.

Sem a elegância do discurso de Vargas e de linguagem tecnocrata, o discurso de Emílio Médici apresenta, de forma mais crua, a visão da elite dirigente brasileira sobre a Amazônia. Um primeiro aspecto que sobressai é a noção de descolamento da região do resto do país, o seu "isolamento geoeconômico" que precisa ser rompido a fim de permitir o "desenvolvimento em bases rentáveis" (Médici, 1970, p. 146). A noção de atraso econômico é outro qualificativo atribuído à região, relacionado ao imperativo de garantir a soberania sobre o território:

. . . que o meu governo apresente as linhas gerais da primeira fase de sua política para a Amazônia e diga a sua decisão de assegurar, com energia e vontade, a soberania brasileira nesta outra metade do Brasil e de fazer andar o relógio amazônico, que muito se atrasou ou ficou parado no passado (Médici, 1970, pp. 146-147).

Em seu discurso, são invisibilizados, além dos indígenas, os seringueiros e os ribeirinhos, 'lembrados' por Vargas. Reforça-se, dessa maneira, a visão de vazio territorial, da terra que seria totalmente inabitada se não fosse "o pracinha do Exército . . . herdeiro do bandeirante" (Médici, 1970, p. 145). A ânsia por recursos e geração de riqueza é clara e será saciada pela apregoada 'integração' das vias de transporte

que permitirá ". . . a exploração de reservas de ferro, manganês, estanho, chumbo, ouro, cobre e fecundando terras virgens e solos férteis, que vão deixar de ser bens geográficos para se transformarem em verdadeiros bens econômicos" (Médici, 1970, p. 151).

Tanto no discurso de Vargas como no de Médici, percebe-se uma preocupação com a cobiça estrangeira. A necessidade de civilizar e dar uma finalidade ou vocação econômica para a Amazônia serviria para protegê-la das "cobiças e [dos] apetites de absorção", segundo Vargas (1942, p. 262), para fazê-la deixar de ser "vulnerável à infiltração, à cobiça e à corrosão de um processo desnacionalizante", conforme profere Médici (1970, p. 146). Temor que todo colonizador tem em relação à cobiça externa para com sua colônia.

A principal ausência anunciada em ambos os discursos é de gente. Para isso, valem-se de alegorias como 'espaços despovoados ou vazios', 'terras sem homens', que, aliadas à falta de disciplina da população local, da carência de desenvolvimento e, por fim, de civilização, justificam novas investidas colonizadoras sobre a região. Trata-se de um colonialismo interno em nome da ideia ufanista de um 'Brasil potência', em que os protagonistas invocados para a nova cruzada civilizatória são o Exército, os técnicos e os homens de negócios, sejam eles brasileiros ou estrangeiros.

ÚLTIMO MOMENTO: AMAZÔNIA 4.0 – A CRUZADA TECNOLÓGICA DA BIOECONOMIA

Novamente, o desenvolvimentismo autoritário trouxe danos dramáticos para as populações amazônicas. A 'integração' da região ao restante do território brasileiro ocorreu à custa de mais extermínio indígena, conflitos fundiários, expulsão e assassinatos de camponeses e degradação ambiental. A construção de rodovias facilitou a invasão de territórios indígenas e de demais povos da floresta pelo avanço do garimpo e de grandes fazendas de gado. As concessões públicas de terras a grandes projetos agropecuários, aliadas à prática generalizada da grilagem, permitiram a apropriação privada de grande quantidade de terra para formação de

enormes latifúndios, promovendo a exploração predatória da madeira, assim como a substituição da floresta pela pecuária extensiva e pela monocultura de soja. Como resultado, em cinquenta anos, a Amazônia perdeu um quinto de sua floresta (WWF, 2018, p. 23).

O desmatamento da Amazônia está inserido na crise climática atual que exige dos países medidas para reduzir a emissão de gases de efeito estufa, a fim de mitigar os efeitos do aquecimento global. Tal redução configura-se como um imperativo ambiental para ajustar a economia em princípios sustentáveis. No caso do Brasil, são justamente o desmatamento e a pecuária bovina os principais fatores de emissão de gases.

Entre as soluções para enfrentar a crise climática, estão aquelas inseridas na chamada 'economia verde' cujas premissas estão assentadas em soluções de mercado para conceder maior sustentabilidade para as atividades econômicas. Nessa linha, está o dito mercado de carbono, que consiste na precificação do CO₂, segundo o qual, países que não cumprem as metas de redução das emissões podem comprar os créditos daqueles que as cumpriram. Para remunerar a preservação e a restauração de florestas, o mecanismo utilizado é o de Redução de Emissões Decorrentes do Desmatamento e da Degradação de Florestas (REDD). De acordo com Nobre e Nobre (2019, p. 11), o preço do CO₂ estaria por volta de 2,5 dólares por tonelada, o que daria uma rentabilidade de 2.500 a 5.000 dólares por hectare de floresta preservada. A estimativa é que a demanda por carbono aumente 15 vezes até 2030 e 100 vezes até 2050 (J. Salles, 2022, p. 364). A aposta é no mercado de carbono na Amazônia, sobre o qual já se observam movimentos especulativos sobre áreas florestais, incluindo terras ocupadas por povos tradicionais, sob risco de essas comunidades perderem autonomia sobre seus territórios (Gonçalves et al., 2016, pp. 134-138).

Outra frente incubada dentro da 'economia verde' é aquela relacionada à abordagem atualmente hegemônica da chamada 'bioeconomia', que consiste num modelo

de produção baseado no uso de recursos biológicos, em substituição a recursos sintéticos, oriundos principalmente do petróleo. Envolve, além da transição energética, de combustíveis fósseis para biocombustíveis, a produção de bioplásticos, bioinsumos, medicamentos, cosméticos, com uso intensivo de tecnologia de ponta, como a biotecnologia, a engenharia genética, a bioinformática, a nanotecnologia, entre outras, campos tecnológicos associados ao que hoje é denominado de Quarta Revolução Industrial.

Apesar de a abordagem resumida acima ser a propalada pelo meio empresarial por entidades governamentais e, inclusive, por uma parcela importante do terceiro setor, a 'bioeconomia' ainda é um termo cuja abordagem conceitual se encontra em disputa. Um exemplo importante foi o embate ocorrido em 2021, em Belém do Pará, em que movimentos sociais vinculados a povos indígenas e povos tradicionais protagonizaram o Encontro Amazônico da Sociobiodiversidade, a fim de contrapor a visão empresarial imperante no Fórum Mundial de Bioeconomia, promovido pelo governo do estado do Pará no mesmo período. No documento final daquele evento, os movimentos sociais denunciam aos participantes da 26^a Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP 26) o caráter mercantil e baseado em "processos de inovação que resultem em pacotes tecnológicos e sistemas de produção de altos insumos, difundidos para substituir a floresta nativa por monocultivo de variedades geneticamente uniformes" das discussões promovidas no fórum empresarial, propondo em seu lugar uma "sociobioeconomia" em consonância com a ciência e a tecnologia, de modo a aprimorar as atividades de coleta, produção e comercialização de produtos da biodiversidade, respeitando seus modos de vida (CNS & COIAB, 2021).

O uso do termo 'bioeconomia' ganha corpo como conceito mediante a abordagem econômica pioneira de Nicholas Georgescu-Roegen, que elaborou consistentes críticas aos economistas convencionais por não considerarem a finitude dos recursos naturais

no problema econômico. Segundo sua abordagem, o processo econômico é uma extensão da evolução da espécie humana que, diferentemente das outras espécies, prosseguiu com sua evolução transcendendo o processo genético por seleção natural ao incrementar ao seu aparato biológico (órgãos endossomáticos) a transformação dos recursos naturais em instrumentos (órgãos exossomáticos), a fim de superar suas limitações biológicas. Contudo, dada a finitude da disponibilidade dos recursos naturais em virtude das leis da termodinâmica, esse processo evolutivo bioeconômico, conseguido por meio da inovação tecnológica, apresenta limites, sobretudo em um cenário sociotécnico caracterizado por alta entropia, como o estágio atual da civilização. Diante disso, propõe um programa bioeconômico de baixa entropia que consiste na cessação de uso de recursos naturais para fabricação de armas e bens supérfluos; a resolução do superpovoamento; a ajuda aos países subdesenvolvidos, sobretudo no combate à fome; o abortamento da busca por crescimento econômico constante; o combate ao consumismo (Georgescu-Roegen, 2007, pp. 53-85). Sua abordagem bioeconômica está na origem dos estudos na área de Economia Ecológica e dos teóricos do decrescimento.

De acordo com Vivien et al. (2019, p. 20), o termo 'bioeconomia', cunhado por Georgescu-Roegen (2007), foi sequestrado semântica e conceitualmente por uma perspectiva de crescimento econômico verde perpétuo, que vem dominando a agenda internacional por meio da pressão e do *lobby* exercido por poderosos grupos econômicos. Esses autores apresentam uma tipologia de abordagens bioeconômicas. Uma primeira, a qual denominam 'bioeconomia I', é vinculada ao conceito original de Georgescu-Roegen (2007), a qual considera a finitude dos recursos naturais disponíveis e, portanto, a impossibilidade de um crescimento econômico infinito. A segunda, denominada 'bioeconomia II', diz respeito a uma perspectiva de que o desenvolvimento econômico pode ser alavancado pela biotecnologia. O avanço científico

em áreas como a engenharia genética e a bioquímica promoveria uma nova revolução industrial, na qual a farmácia, a medicina, a agronomia e a química seriam os setores proeminentes. Por fim, a 'bioeconomia III' está vinculada ao setor agroindustrial cujo aspecto central é o uso da biomassa como matéria-prima para a produção industrial, inclusive para geração de energia em substituição aos combustíveis fósseis. As duas últimas perspectivas se complementam, pois muito das apostas de uso da biomassa depende em boa medida do avanço das pesquisas na área de biotecnologia (Vivien et al., 2019).

Considerando as complementaridades e similaridades entre as perspectivas centradas na biotecnologia e na biomassa, Ramcilovic-Suominen et al. (2022) propõem uma tipologia agregando-as no que chamam de "visão de bioeconomia pró-crescimento econômico" e, em contraposição, chamam de "visão da bioeconomia pró-limites planetários" aquela que inclui, além da preocupação com os limites biológicos e ecológicos, a justiça planetária como questão central ao conceito de decrescimento. De acordo com os autores, a visão pró-crescimento econômico tem sido hegemônica na agenda política da União Europeia e na maioria dos países do Norte Global a partir de *lobbying*, suporte político e recursos, deixando à margem perspectivas relativas à visão pró-limites planetários. Tal agenda pró-crescimento econômico vem sendo transposta para os países do Sul Global mediante uma coalizão de pesquisadores e decisores políticos baseados e financiados por grupos de interesse do Norte Global, numa forma de intervencionismo neocolonial (Ramcilovic-Suominen et al., 2022). Esse é um processo que se configura atualmente na Amazônia.

Na esteira do debate sobre o desenvolvimento da bioeconomia na Amazônia, o Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (IEA-USP) criou o projeto Amazônia 4.0, o qual apresenta claramente uma abordagem de tipo 'bioeconomia II', proposto por Vivien et al. (2019) e dentro da visão pró-crescimento

econômico apresentada por Ramcilovic-Suominen et al. (2022), por apresentar forte ênfase na biotecnologia, sendo, portanto, um exemplo importante da visão hegemônica de bioeconomia proposta para a região amazônica. O projeto Amazônia 4.0 pretende dar suporte técnico a “. . . negócios baseados na sociobiodiversidade amazônica e em sistemas de produção que incorporem as tecnologias da 4ª Revolução Industrial e da Engenharia Biológica” (Intituto de Engenharia, s.d., p. 19). As finalidades do projeto envolvem eliminar o desmatamento por meio de inovações tecnológicas, promovendo uma reindustrialização da região baseada na biodiversidade da floresta, com vistas a obter ganhos de produtividade e competitividade no mercado internacional.

Mais uma vez, a floresta é vista com olhos mercantis, utilitaristas. A biodiversidade é considerada um conjunto de “ativos biológicos e biomiméticos . . . cada vez mais valorizados pela Quarta Revolução Industrial” (Nobre & Nobre, 2019, p. 9). A enumeração de espécies de seres vivos, suas substâncias e suas funções e os enormes potenciais de atribuir-lhes valor econômico remetem aos relatos dos primeiros viajantes europeus na Amazônia, como as descrições de Carvajal, Rojas e, sobretudo, Acuña sobre as potencialidades de exploração da floresta:

As plantas da Amazônia contêm segredos bioquímicos, como novas moléculas, enzimas, antibióticos e fungicidas naturais que podem ser sintetizados em laboratório e resultar em produtos de alto valor . . . Na flora brasileira como um todo, mais de 240 espécies de plantas são utilizadas como base de produtos cosméticos e farmacêuticos e 36 delas como base de medicamentos fitoterápicos, mas o potencial é infinitamente maior. Na flora amazônica, existem mais de 450 espécies já conhecidas e utilizadas tradicionalmente, mas quantas delas podem se transformar em ativos econômicos tão valiosos e rentáveis como o açaí ou o chocolate de cupuaçu? E, a partir de pesquisas realizadas com centenas de novas espécies descobertas todos os anos na região, quantos novos produtos podem surgir? (Nobre & Nobre, 2019, p. 13).

Não mais são invocados os sábios da Antiguidade clássica como fez Acuña, mas pesquisadores financiados

preferencialmente pelo capital privado, pois o investimento privado em ciência, tecnologia e inovação (CT&I) no Brasil corresponde a apenas 0,6% do produto interno bruto (PIB), enquanto “as empresas privadas dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, a OCDE, investem, em média, 1,3% do PIB em CT&I” (Instituto de Engenharia, s.d., p. 12). O espírito desbravador dos primeiros colonos dá lugar agora ao empreendedorismo dos homens de negócios. *Startups* tomam lugar do bandeirante e dos ‘pracinhas do exército’ como protagonistas da nova investida sobre a floresta.

A população amazônica é lembrada, mas sob o estigma da pobreza, que é associada à noção de subdesenvolvimento e apontada como fator de risco à manutenção da floresta:

A pobreza na região é uma ameaça real à floresta e com forte potencial de inviabilizar uma solução em escala que traga valor à floresta ‘em pé’. A multiplicação de empregos, que é intrínseca à atividade de Engenharia, beneficia e gera o desenvolvimento das populações locais e combate a pobreza (Instituto de Engenharia, s.d., p. 5).

As alternativas locais de pequena escala, de atividades voltadas para o autoconsumo e para o mercado local, são desprezadas, pois são incapazes de concorrer com grandes empreendimentos. É esse o posicionamento de J. Salles (2022), ao citar de forma irônica a apresentação de um trabalho acadêmico sobre a evolução de uma feira de agricultura familiar. Também desdenha do Programa de Garantia de Preços para Produtos da Biodiversidade (PGPMBio), gerenciado pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), e cuja versão convencional injeta milhões para o agronegócio – citando-o como “. . . um recurso acolá a título de assistência social, a exemplo do auxílio aos catadores de castanha, programa do governo federal que complementa a renda dos produtores quando o preço de mercado fica abaixo do mínimo estabelecido” (J. Salles, 2022, p. 345). Assim, de acordo com esse autor, “Seria, porém, um erro estratégico satisfazer-se apenas com a constatação de que é possível produzir de outro modo.



É necessário também avaliar se as alternativas apresentadas são capazes de competir com os modelos hegemônicos” (J. Salles, 2022, p. 306).

Dado o discurso fatalista que naturaliza e legitima a inviabilidade de soluções locais autônomas, caberia, então, a empresas, munidas de capital e de ‘vocação ecológica’, a tarefa de levar para a Amazônia o desenvolvimento sustentável. Para os locais e os nativos, resta o papel de trabalhador subordinado mediante a expectativa de geração de empregos, pois “a multiplicação de empregos, que é intrínseca à atividade de Engenharia, beneficia e gera o desenvolvimento das populações locais e combate [a] pobreza” (Instituto de Engenharia, s.d., p. 5).

Entretanto, para isso, é necessário haver qualificação e os déficits na área de educação na Amazônia são apontados como um gargalo ao seu desenvolvimento. Mas se trata de uma educação de caráter instrumental para o avanço do capital ‘verde’ na região, no sentido de capacitação e de formação para o trabalho subordinado (Instituto de Engenharia, s.d., p. 9), não a que propicia uma ampliação do conhecimento e do desenvolvimento do pensamento crítico. Assim, são propostos os Laboratórios Criativos da Amazônia para urgentemente colocar em prática “. . . esse grande potencial da Amazônia para gerar uma nova e poderosa bioeconomia a partir do desenvolvimento das capacidades locais” (Nobre & Nobre, 2019, p. 17).

Também a bioeconomia pensada no projeto Amazônia 4.0 se baseia na atribuição de ausências às comunidades locais para fazer valer sua intervenção na floresta, com a missão de valorar a natureza e de transformar os recursos naturais em mercadoria. Agora, a pobreza representa a falta de renda, de recursos materiais, pois é ela (e não o capital predatório) que coloca em risco a manutenção da floresta. É a falta de instrução, de qualificação da mão de obra, que, junto à falta de empreendedorismo, impede o desenvolvimento sustentável. É, também,

a falta de escala das economias locais, incapazes de inserir a Amazônia no mercado internacional.

SUJEITAR O OUTRO: O EFEITO PERVERSO DAS ‘BOAS INTENÇÕES’

Está manifesto nos textos analisados um caráter ‘salvacionista’, heroico, no discurso. Em cada um dos momentos históricos, os autores apregoam a necessidade e a intenção de se atingir um ‘bem maior’, seja expandir a cristandade e defender os interesses da Coroa no primeiro momento, seja promover desenvolvimento econômico e garantir a soberania nacional no segundo, seja desenvolver e preservar o meio ambiente no último. São evidentemente estratégias discursivas legitimadas e legitimadoras, tanto que os próprios autores dificilmente as negariam caso fossem questionados. Contudo há uma camada de intencionalidades implícitas em seus textos, as quais eles teriam resistências em reconhecer ou mesmo não as teriam em consciência. Nessa camada, operam processos ideológicos que sustentam a apropriação e o uso do território e a sujeição das populações locais.

No primeiro momento histórico, as intenções implícitas estão relacionadas à conquista do território, à exploração dos recursos e à dominação dos povos nativos pelo colonizador ibérico. Nos momentos posteriores, as intenções relacionam-se com a legitimação da entrada do capital privado na Amazônia. Na ditadura militar, era o capital ligado, principalmente, a empresas de mineração, de engenharia e agropecuária que, com forte financiamento público, foi responsável pela implantação de um modelo predatório dos recursos naturais na região. Na versão ora analisada da bioeconomia, o responsável é o chamado ‘capital verde’, associado principalmente a empresas de biotecnologia.

A fim de analisar essas intencionalidades implícitas, adoto aqui o que Thompson (2011, pp. 71-89) denomina de “modos de operações gerais da ideologia”, ligados a estabelecer e/ou sustentar relações de dominação. O autor distingue cinco modos gerais pelos quais

a ideologia opera na dimensão simbólica, a saber: “legitimação”, pela qual relações de dominação são sustentadas como legítimas, justas e dignas de apoio; “dissimulação”, quando a relação de dominação é sustentada pelo seu ocultamento, negação ou é mascarada por figuras de linguagem, como eufemismos e metáforas; “unificação”, que consiste na construção de símbolos de identidades coletivas; “fragmentação”, que, ao inverso da anterior, é utilizada para diferenciar determinados grupos sociais, a fim de subjugar-los; “reificação”, pela qual relações de poder são retratadas como naturais, permanentes e inevitáveis.

A fragmentação é uma maneira de operação ideológica facilmente evidenciada num dos aspectos da estrutura narrativa dos primeiros viajantes da Amazônia, a saber, o uso reiterado de atributos pejorativos, a fim de estigmatizar e depreciar os povos nativos com qualificativos como ‘selvagens, preguiçosos, pusilânimes, canibais, pagãos’. Também Vargas (1942) recorre à estratégia da fragmentação, usando o termo ‘nômades’ para diferenciar e desqualificar os povos da floresta. No texto dos propositores do Amazônia 4.0, a fragmentação é colocada de forma sutil, ao usar o termo ‘pobreza’³ de forma genérica, sem vinculá-la especificamente a determinado grupo social, combinando, dessa forma, com a estratégia de dissimulação, visto que oculta os atores sociais que compõem a base social, desprovida de recursos e direitos⁴.

Como defendi mais acima, a diferenciação e desqualificação do outro se baseia, por um lado, na ausência de determinados atributos civilizatórios, dissimuladamente representada pelo colonizador como uma condição do nativo e, por outro, no uso de predicados civilizatórios construídos e autoatribuídos pelo colonizador a si mesmo. Esse é caminho narrativo formulado para dar

justificação a uma intervenção ‘civilizatória’, a enquadrar a população subalternizada dentro de sua concepção de sociedade. Para exercer esse papel, são eleitos determinados atores, personagens ou instituições que representem uma identidade coletiva do grupo dominante, configurando, assim, uma estratégia ideológica de unificação. Tomam lugar, nessa representação, o colono europeu e o missionário jesuíta, na narrativa dos primeiros navegadores; o colono nacional, o homem de negócio e o Exército (representado pelo pracinha e pelos Batalhões de Engenharia), nos discursos dos ditadores; e as empresas de biotecnologia e as *startups*, no Amazônia 4.0.

Para se alcançar o ‘bem maior’, ou seja, expandir ou consolidar um modelo civilizatório concebido etnocentricamente como ‘ideal’, só existe um caminho: valorar a terra, dar-lhe utilidade econômica. Isso é comum aos três momentos. Entre os primeiros navegadores, vê-se as potencialidades de exploração de espécies vegetais e animais, a possibilidade de desmatar a floresta para implantação de cultivos. Para os ditadores, há de se aumentar a rentabilidade da produção agrícola, explorar as riquezas minerais, gerar energia hidrelétrica. Aos defensores da bioeconomia, deve-se buscar escala nos produtos extraídos da floresta em pé. Eis, assim, uma inversão de meios e fins, pois o fim último da colonização/dominação é a apropriação dos recursos para benefícios do grupo dirigente. A missão civilizadora mascara a cobiça pela acumulação de riquezas e pelo aumento e manutenção de privilégios. A ideologia é operada, nesse caso, de duas maneiras: na dissimulação do objetivo final do processo de conquista e dominação, colocando-o como meio, e não como um fim; na reificação da exploração econômica do território expropriado, apresentando-a como o meio único, inevitável, para se atingir o ideal civilizatório.

³ É importante lembrar que a pobreza é acusada de ser a ‘causa’ da degradação ambiental da Amazônia.

⁴ Aos que levantarem a objeção de que o termo pobreza está sendo utilizado para caracterizar uma condição social, respondo que a narrativa em análise colocaria tal condição como ‘agente’ do processo em questão (degradação ambiental), o que seria inconsistente se interpretado de forma literal. O processo é efetuado por pessoas ou grupos de pessoas. Se atribuo a responsabilidade à pobreza ou ao capital (como defendo), estou responsabilizando determinado grupo social como sujeito de uma dessas condições.

Para os dois primeiros momentos, a história é repleta de provas. No momento da conquista europeia, em vez de civilização, sucedeu-se a barbárie, o extermínio e a escravização dos povos nativos, cujos braços foram explorados pelo colonizador para retirar os recursos da terra com vistas ao enriquecimento dos colonos e da metrópole. Os grandes projetos implantados na época do desenvolvimentismo resultaram em conflitos fundiários, assassinatos de camponeses, mais extermínios indígenas, bem como superexploração do trabalho de forma análoga à escravidão, que perduram até os dias de hoje.

Como seria com a bioeconomia caso ela venha a se consolidar como o modelo hegemônico de exploração de recursos na Amazônia? Ela abriria um caminho de inclusão e prosperidade para as comunidades locais em bases socioambientais sustentáveis? Ou melhor, ela conseguiria dinamizar economicamente a região com conservação ambiental de forma socialmente equitativa? Para responder a essas questões, preciso retornar aos componentes da bioeconomia segundo os textos aqui analisados. A bioeconomia é um modelo de exploração econômica cuja produção é baseada em recursos biológicos (em detrimento dos sintéticos); uso intensivo de tecnologia de ponta associada à Quarta Revolução Industrial, como a biotecnologia e a engenharia genética; integração ao mercado global; valorização (utilidade econômica) da floresta em pé. Para isso, propõe o protagonismo empresarial que injetaria capital para o desenvolvimento das atividades econômicas e expandiria as oportunidades de postos de trabalho para a população local.

A bioeconomia, nos termos descritos acima, não é uma coisa nova. Ela já existiu de forma dominante em outros momentos na história amazônica, principalmente num dos momentos de maior dinamização econômica da região e ao qual até agora não me ative: a economia da borracha, que se baseou na exploração do látex, um produto biológico extraído da seringueira. O uso do látex para fabricação de utensílios de borracha já

era de conhecimento de povos indígenas da região. Observando esses usos, o colonizador europeu atribuiu-lhe novos usos e, mediante à pesquisa de ponta da época, desenvolveu a tecnologia da vulcanização. Dessa forma, consistiu em um importante produto da indústria automobilística, um dos principais ramos da Segunda Revolução Industrial. Para isso, forjou-se uma cadeia comercial que ligava a produção gomífera ao mercado internacional. A unidade de exploração do látex era a estrada de seringa, entremendo a floresta sem precisar derrubá-la. O protagonista dessa exploração era o seringalista, versão oitocentista do empresário, que se apropriava do território, criava postos de trabalho e ditava as regras da dinâmica e das relações de trabalho.

A Amazônia, na época, experimentou um surto de geração de postos de trabalho, aumentando consideravelmente a população regional. Segundo Santos (1980, p. 66), a estimativa média de pessoal requerido na atividade de extração da borracha expandiu de pouco mais de mil, em 1830, para 190 mil, em 1912. Um grande contingente de migrantes, sobretudo do Nordeste, afluíu à região para trabalhar nos seringais em busca de melhoria das condições de vida. Expectativa que não se cumpria. Nas colocações, o seringueiro ficava submetido ao regime opressor do aviamento, em permanente dívida com o patrão, sujeito a jornadas de trabalho extenuantes, vigiado a todo tempo e reprimido violentamente nas tentativas de fuga. O seringueiro era, pois, um escravizado, vítima de um modelo de exploração baseado na apropriação privada, individual e concentrada do território e em relações verticalizadas de trabalho, extremamente injustas. A economia da borracha estava inserida no sistema capitalista que, nas palavras de Santos (1980, p.161):

Como todo regime que põe a realização do homem abaixo de seus objetivos principais . . . o capitalismo e seus agentes executam com completa insensibilidade as operações reputadas necessárias contra as sociedades cujo aparelho de defesa seja frágil. Se é preciso, para atingir os alvos do regime, lançar mão de meios ilegítimos, as normas mais elementares do convívio humano passam



a ser violadas. Se é preciso injustiçar, haverá injustiças; se é preciso derrubar valores de autopreservação, eles serão derrubados; se é preciso substituir a virtude e a simplicidade por valores sociais opostos, isso será feito com notável senso de corrupção; se é preciso matar, haverá mortes; se é preciso saquear, haverá saques, e assim por diante. Como se atuasse uma fatalidade que escapa ao domínio dos homens ou à qual eles voluntariamente se sujeitassem.

A bioeconomia de agora (pelo menos a proposta no Amazônia 4.0) não difere da bioeconomia do século XIX na composição de seus elementos estruturantes. Talvez haja um atenuante sobre a expectativa da geração de postos de trabalho ser baseada na oferta de empregos, a serem protegidos pela legislação trabalhista⁵. Mas, mesmo que sejam garantidos os direitos legalmente estabelecidos, continuam a se basear numa relação de trabalho verticalizada, assimétrica, com subalternização do trabalhador. O trabalho assalariado é tido atualmente como a forma de relação de trabalho social e juridicamente legitimada, mas ancorada numa relação estruturalmente desigual, em que os trabalhadores vendem sua força de trabalho por estarem despossuídos de recursos para reproduzirem suas vidas com dignidade. Na Amazônia, as populações nativas constituíam a base de sua sobrevivência de forma autônoma. Muitas ainda o fazem. Propor valorar a floresta em pé à custa da perda dessa autonomia, sob o controle do capital, mantém as relações de trabalho em bases injustas, promovendo maior concentração de recursos e riquezas, mantendo a maioria da população na condição de pobreza.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao terminar este texto, quero levantar alguns aspectos que precisam ser esclarecidos a respeito dos meus pontos de vistas apresentados. Em primeiro lugar, quando trato das 'intencionalidades implícitas' nos textos analisados, não estou acusando os autores de

desonestidade intelectual. Acredito que muitos dos jesuítas que vieram ao continente americano catequizar os indígenas criam realmente que salvavam almas. Também acho que os defensores da bioeconomia que escreveram os textos aqui analisados estejam imbuídos na missão de salvar a Amazônia e o planeta de um colapso ambiental. Não há, necessariamente, uma intenção de defender privilégios dos grupos sociais aos quais pertencem ao elaborarem seus escritos. Não é isso o que importa, mas sim como seus discursos reproduzem ideologicamente a sustentação de relações de dominação, situação que ocorre até mesmo entre os dominados, pois é assim que a ideologia opera. Do contrário, se essas relações de dirigentes e subalternos não fossem amparadas pelo compartilhamento de que essas relações são justas e necessárias, a estrutura social tenderia à ruptura.

Em segundo lugar, um ponto importante que não tratei nesse texto e que merece, em outra oportunidade, uma análise aprofundada é do aspecto da 'competição' como elemento basilar do discurso do colonizador e um atributo da cultura ocidental. Em todos os textos estudados, esse aspecto está inserido. Entre os primeiros navegadores, percebe-se a grande preocupação de a Amazônia ser tomada por outras potências europeias, França, Inglaterra, Holanda, tensão presente até mesmo entre os dois países ibéricos. Defender o território conquistado é um grande motivador desses discursos. Nos textos de Vargas e Médici, a preocupação é semelhante. Dever-se-ia promover a soberania nacional sobre a Amazônia e defendê-la da cobiça externa. A diferença é que, nesse último caso, não está claro quem seja o inimigo externo, se algum país vizinho numa disputa de fronteira ou se alguma potência internacional com interesses em se apropriar do território. Já entre os defensores da bioeconomia, a competição, em sua

⁵ O que não seria uma grande garantia, tendo em vista os frequentes ataques aos direitos trabalhistas efetuados pela classe dirigente, como a reforma trabalhista aprovada pelo Congresso em 2017.

forma econômica, é um elemento desejável para o desenvolvimento. Em conjunto com o individualismo, a competitividade forja um modelo de sociedade cuja estrutura desigual é justificada pelo resultado de uma disputa que dispõe, de um lado, os vencedores, com direito a usufruir dos recursos e privilégios e, de outro, os perdedores, que devem vender sua força de trabalho para manter sua sobrevivência. Essa mentalidade se contrapõe às formas ancestrais de uso comum do território e de relação cooperativa com a natureza, compartilhadas pelos povos originários da Amazônia.

Por fim, a bioeconomia é um conceito ainda em disputa. Tem sido objeto de debate em diversos fóruns, discutida por entidades da sociedade civil e governamentais. Atores sociais, representantes de povos indígenas e comunidades tradicionais, lideranças camponesas, têm reivindicado protagonismo no desenvolvimento de uma economia baseada nos recursos da floresta, sem desmatamento. Esse protagonismo deve envolver autonomia territorial e do trabalho. O uso dos recursos deve ser direcionado para o compartilhamento equitativo da riqueza gerada. O foco não deve ser em ganhos de escala, mas na promoção do bem-viver das comunidades locais. Nem tudo tem que ser valorado economicamente. Parcerias externas podem ser bem-vindas desde que respeitados tais pressupostos. Busquemos, então, a 'sociobioeconomia' reivindicada na Carta da Amazônia (CNS & COIAB, 2021), para que os povos amazônicos sejam protagonistas do seu destino.

REFERÊNCIAS

- Carvajal, G., Rojas, A., & Acuña, C. (1941). *Descobrimientos do rio das Amazonas* (Série 2, Vol. 203). Companhia Editora Nacional.
- Clastres, P. (2017). *A sociedade contra o Estado*. UBU Editora.
- Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS), & Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB). (2021). *Carta da Amazônia 2021: aos participantes da 26ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP26)*. CNS; COIAB.
- Denevan, W. M. (2003). The native population of Amazonia in 1492 reconsidered. *Revista de Índias*, 63(227), 175-188. <https://revistadeindias.revistas.csic.es/index.php/revistadeindias/article/view/557/624>
- Diamond, J. (2005). *Armas, germes e aço: os destinos das sociedades humanas*. Record.
- Furquim, L., Watling, J., Shock, M. P., & Neves, E. G. (2021). O testemunho da arqueologia sobre a biodiversidade, o manejo florestal e o uso do fogo nos últimos 14.000 anos de história indígena. In M. C. Cunha, S. B. Magalhães, & C. Adams (Orgs.), *Povos tradicionais e biodiversidade no Brasil: contribuições dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais para a biodiversidade, políticas e ameaças* (Seção 6, pp. 12-32). SBPC.
- Georgescu-Roegen, N. (2007). *Ensayos bioeconómicos*. Catarata.
- Gonçalves, A. C. O., Cornetta, A., Alves, F., & Barbosa, L. J. G. (2016). Marajó. In F. Alves (Org.), *A função socioambiental do patrimônio da União na Amazônia* (pp. 107-198). Ipea.
- Gondim, N. (2019). *A invenção da Amazônia* (3. ed.). Editora Valer.
- Ianni, O. (1979). *A luta pela terra*. Vozes.
- Instituto de Engenharia. (s.d.). *Amazônia e bioeconomia sustentada em ciência, tecnologia e inovação*. <https://www.institutodeengenharia.org.br/site/amazonia-e-bioeconomia/>
- La Condamine, C.-M. (2000). *Viagem na América Meridional descendo o rio das Amazonas*. Senado Federal.
- Médici, E. G. (1970). *Sob o signo da fé* (Discurso proferido em Manaus, na Reunião Extraordinária da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia, SUDAM). <https://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/emilio-medici/discursos/1970/24/@download/file/24.pdf>
- Neves, E. G. (2012). *Sob os tempos do Equinócio: oito mil anos de história na Amazônia Central (6.500 ac – 1.500 dc)* [Tese apresentada para Concurso de Título de Livre-Docente, Universidade de São Paulo]. <http://imgs.fbisp.org.br/files/12780adf8a27e88bb118cb492caaf32e.pdf>
- Nobre, I., & Nobre, C. (2019). Projeto 'Amazônia 4.0': definindo uma terceira via para a Amazônia. *Futuribles em Português*, (2), 7-20.
- Ramcilovic-Suominen, S., Kröger, M., & Dressler, W. (2022). From pro-growth and planetary limits to degrowth and decoloniality: An emerging bioeconomy policy and research agenda. *Forest Policy and Economics*, 144, 102819. <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1389934122001320?via%3Dihub>



- Ryan, T. M., & Shaw, C. M. (2015). Gracility of the modern Homo sapiens skeleton is the result of decreased biomechanical loading. *PNAS Review*, 112(2), 372-377. <https://www.pnas.org/doi/pdf/10.1073/pnas.1418646112>
- Salles, J. M. (2022). *Arrabalde: em busca da Amazônia*. Companhia das Letras.
- Salles, V. (1971). *O negro no Pará: sob o regime da escravidão*. FGV; UFPA.
- Santos, R. A. O. (1980). *História econômica da Amazônia: 1800 – 1920*. T. A. Queiroz.
- Thompson, J. B. (2011). *Ideologia e cultura moderna: Teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa* (9. ed.). Vozes.
- Vargas, G. (1942). Discurso do rio Amazonas. *Revista Brasileira de Geografia*, 259-262. https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1942_v4_n2.pdf
- Vivien, F.-D., Nieddu, M., Befort, N., Debref, R., & Giampietro, M. (2019). The Hijacking of the Bioeconomy. *Ecological Economics*, 159, 189-197. <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0921800918308115>
- World Wildlife Fund (WWF). (2018). *Informe 2018 Planeta Vivo: Apuntando más alto*. WWF; ZSL.

DADOS DA PESQUISA

Os dados não foram depositados em repositório.

PREPRINT

Não foi publicado em repositório.

AVALIAÇÃO POR PARES

Avaliação duplo-cega, fechada.



